

## Mercado S/A



**AMAURI SEGALLA**  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Nas próximas semanas, as pressões setoriais e políticas tendem a ganhar intensidade

## Evento reúne 3,3 mil mulheres do agronegócio brasileiro

Pelo menos 3,3 mil mulheres reuniram-se ontem em São Paulo para debater uma pauta essencial da economia brasileira: o agronegócio. Elas participaram da oitava edição do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio, o maior encontro do tipo na América Latina. Se até pouco tempo atrás o setor era refratário à presença feminina, agora isso começa a mudar. Uma pesquisa da Talenses mostrou que 35% dos cargos gerenciais do agro brasileiro são ocupados por mulheres. Em 2017, o índice estava em 22%.

Reprodução/Redes Sociais



## Petrobras: "Críticas são falta de informação ou má-fé"

Representante dos trabalhadores no conselho da Petrobras, Rosângela Buzanelli reagiu às críticas generalizadas que a mudança do estatuto da empresa provocou. "A assertiva de muitos analistas de que a governança está ameaçada é totalmente infundada e pode ser motivada pela falta de informação ou má-fé", escreveu ela em seu site pessoal. A leitura feita pelo mercado é de que as alterações defendidas pela petrolífera permitem indicações políticas e dificultam a distribuição de dividendos.

## A reação nada otimista com o relatório da Reforma Tributária

A julgar pelas primeiras impressões do texto da reforma tributária que foi protocolado ontem no Senado pelo relator Eduardo Braga, a aprovação das novas regras será longa e turbulenta. "A proposta pode impactar o preço dos alimentos, afetando principalmente a população vulnerável", diz uma nota assinada pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras). "O relatório causa preocupação no setor de produção de energia", afirma Roberto Ardenghy, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). "Ao criar um imposto seletivo para essa atividade, você gera uma pressão inflacionária que vai impactar todos os consumidores." Nas próximas semanas, portanto, as pressões setoriais e políticas tendem a ganhar intensidade. A previsão é que a reforma comece a ser votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 7 de novembro. Depois, ela segue para o plenário e, enfim, retorna para a Câmara.

## Weg reforça atuação internacional

A catarinense Weg está de olho no exterior. Nesta semana, a empresa finalizou a compra de 45% da alemã Bewind, especializada no desenvolvimento de tecnologias para aerogeradores. De acordo com a Weg, a aquisição faz parte da estratégia de ampliar os investimentos em geração de energia, com foco em áreas como geração, transmissão e distribuição (GTD). O valor da transação não foi revelado. Em setembro, a companhia brasileira comprou a operação de motores elétricos da americana Regal Rexnord.

NICOLAS ASFOURI



**41%**

dos consumidores brasileiros pretendem gastar mais de R\$ 800 na Black Friday, que ocorrerá na última semana de novembro. A pesquisa da agência Macfor indica que as pessoas usam a data para comprar produtos caros



Os funcionários não querem voltar para os escritórios porque têm jornadas mais leves em casa"

**Steve Schwarzman**, presidente da Blackstone, uma das maiores empresas de investimento do mundo

## RAPIDINHAS

A Samsung analisou dados capturados por sua linha de relógios Galaxy Watch para conhecer os hábitos de sono dos brasileiros. Segundo o estudo, a maior parte dos usuários do aparelho no país dorme entre meia-noite e sete da manhã. Para além da curiosidade, o que chama a atenção é o fato de a empresa ter acesso a esse tipo de informação.

Para 30% dos brasileiros, o salário não é suficiente para chegar ao fim do mês e 38% têm dificuldade para gerenciar o dinheiro. As constatações vieram de estudo feito pela FSB Holding e encomendado pela Confederação Nacional da Indústria. Ou seja: a baixa renda associada à falta de educação financeira são problemas crônicos do país.

O governo comemora os resultados do programa de renegociação de dívidas Desenrola, mas a verdade é que seu alcance é limitado. É por um motivo principal: desconhecimento. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 57% dos brasileiros não sabem que uma nova fase do programa está em andamento.

A 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial do Grupo Petrópolis, dono das marcas Itaipava, Crystal, Petra e Black Princess. Estima-se que as dívidas da companhia totalizem aproximadamente R\$ 5 bilhões. Em comunicado, a cervejaria diz que o objetivo é pagá-las em até 10 anos.

## FUNDOS DOS SUPER-RICOS

# Câmara aprova tributação

Governo esperava arrecadar R\$ 20 bilhões com o projeto, considerado fundamental para a meta de zerar o déficit em 2024

» RAFAELA GONÇALVES

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, por 323 votos a 119 e uma abstenção, o projeto de lei que propõe a taxação de fundos offshore (no exterior) e fundos exclusivos (fechados para alta renda no Brasil). A proposta segue, agora, para a análise do Senado. A medida, conhecida por "taxação dos super-ricos", é considerada essencial pela equipe econômica, que trabalha para aumentar a arrecadação em 2024 e cumprir a meta de zerar o déficit nas contas públicas.

A expectativa, de acordo com o governo, era de que a proposta rendesse R\$ 20 bilhões em 2024. Após acordo com lideranças partidárias, o relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), flexibilizou a proposta, o que deve reduzir a previsão inicial de arrecadação.

Uma das alterações no texto aprovado prevê igualar a alíquota de Imposto de Renda incidente sobre bens e valores aplicados fora do país, proposta pelo governo em 22,5%, aos 15% aplicados nos fundos de investimento de longo prazo no Brasil. Os fundos no exterior, até agora, só pagam impostos quando o dinheiro é encaminhado para o Brasil, na hora do resgate, assim como os fundos exclusivos.

Também houve acordo para que os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) mantenham a isenção de Imposto de Renda. "Estamos fazendo história, pela quantidade de vezes que esse projeto veio à pauta e que se interditou esse debate, sem conseguir chegar a consenso

Agência Câmara



Proposta será encaminhada agora para análise do Senado. Alíquota padrão do Imposto de Renda foi estabelecida pelos deputados em 15%

de promover justiça na tributação. Foi uma etapa difícil, porque é um projeto denso, complexo, que envolve interesses", destacou o relator.

O Partido Novo e o PL, além da oposição e da minoria, orientaram as bancadas a votarem contra o projeto. O deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS) pediu para que a proposta fosse tirada da pauta, mas foi derrotado. "Mais uma vez a solução para os problemas de caixa do governo é taxar o cidadão brasileiro, é disso que se trata quando se fala em tributação de offshore. É disso que se trata quando se propõe um projeto de lei que

vai fazer com que o cidadão brasileiro seja ainda mais empobrecido", disse van Hatten.

A votação da proposta já havia sido adiada três vezes. Após almoço com líderes partidários, ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu pautar a discussão. A inclusão do tema ocorreu logo após a demissão da presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serra, para a nomeação do economista Carlos Antônio Vieira, aliado de Lira. A troca no comando do banco estatal envolve negociações para aproximar o Centrão do governo.

Em coletiva de imprensa, após a votação, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), comemorou a vitória e negou que a votação tenha acontecido em decorrência da mudança no cargo. "A Câmara entregou até agora mais de 90% de tudo que o nosso governo encarava como necessário para cumprir as metas fiscais e econômicas. Votamos matérias tão complexas quanto essas, antes dessa história de Caixa Econômica. Nós votamos o Carf, o regime fiscal, a reforma tributária, cada coisa no seu devido lugar. Não foi por causa de nomeação de A ou B", destacou.

## Pauta polêmica

O projeto de lei que prevê a tributação é, de acordo com o governo, uma das medidas indispensáveis para atingir o desejado equilíbrio fiscal das contas públicas. "A pauta é polêmica pois, atualmente, esse tipo de investimento possui uma carga tributária reduzida, de modo que, caso seja aprovado o projeto, serão afetados principalmente os contribuintes de alta renda", pontuou Felipe Rei, sócio do escritório Vieites, Mizrahi, Rei Advogados.

Para o economista Volnei Eyng, CEO da Multiplike, a taxa-

ção é meramente arrecadatória e não beneficia o ambiente de negócios. "A iniciativa não traz um planejamento estratégico para atrair novos investimentos para o país. O que se quer é somente satisfazer o furo do orçamento, ou seja, o déficit de 2022", afirmou.

"O governo pretende arrecadar R\$ 20 bilhões e o déficit é de R\$ 200 bilhões. Eu não vejo como isso possa ajudar o país, pelo contrário, muitos fundos exclusivos devem deixar o Brasil", acrescentou Eyng. Ele disse que a iniciativa foi ventilada na Europa, mas os agentes políticos voltaram atrás, porque a ideia provocou fuga de investidores.



Estamos fazendo história, pela quantidade de vezes que esse projeto veio à pauta e que se interditou esse debate, sem conseguir chegar a consenso de promover justiça na tributação. É um projeto denso, complexo, que envolve interesses"

**Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do PL**